

Sumário

Editorial.....	7
----------------	---

DOCTRINA

ARTIGOS

Processo atual e a tropologização e robotização jurisdicionais – Uma incursão pela relação corpo-mente

Rosemiro Pereira Leal	13
1 Introdução	13
2 Asseverabilidade autogarantista de juízos <i>ex-nihilo</i>	14
3 Neurolinguística como natureza humana ampliada	16
4 Verdade, Inteligência Artificial e tropos	18
5 A tropologia do essencialismo	19
6 Ideologias do processo – Um itinerário de 1800 a 1998	22
7 Dogmática jurídica e servidão voluntária	24
8 Considerações finais	26
Referências	27

Ainda acerca da natureza do reexame necessário: um ensaio

Roberto P. Campos Gouveia Filho, Luciana Godoy de Mello Motta, Lúcio Grassi de Gouveia ...	29
1 Considerações iniciais	29
2 Um desenvolvimento por uma pergunta: é a remessa necessária um meio de impugnação?	30
3 Da natureza do reexame necessário numa nota conclusiva	37
Referências	38

A prisão domiciliar e a Recomendação nº 62 do CNJ: a inclinação decisória do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Nestor Eduardo Araruna Santiago, Italo Farias Braga, Juliana Maria Borges Mamede, Mariana Dionísio de Andrade	41
Introdução	42
1 A prisão domiciliar como medida de contenção da pandemia	44
2 A Recomendação nº 62/2020 do CNJ e a situação prisional no estado do Ceará... ..	47
3 A inclinação decisória do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará sobre os pedidos de prisão domiciliar	51
Conclusão	56
Referências	57

Cláusula geral de coerção no novo Código de Processo Civil

Andressa Paula Senna Lísias	61
1 Introdução	61
2 Natureza da nova cláusula geral de coerção contida no art. 139, inciso IV do CPC/15	63
3 Considerações finais	74
Referências	75

A possibilidade de aplicação das medidas estruturais em sede de arbitragem –
Os limites para a correta composição extrajudicial de conflitos

Bianca Oliveira de Farias, Daniel Brantes Ferreira	77
Introdução	77
1 Evolução histórica das medidas estruturantes	79
2 Arbitragem, sentença arbitral e medidas estruturantes.....	81
2.1 Arbitragem e sentença arbitral	81
2.2 As medidas estruturantes e os limites para sua aplicação	85
2.3 Funcionamento no sistema jurisdicional brasileiro – A imposição de limites ao Judiciário.....	89
3 Poderes dos árbitros e medidas estruturantes: institutos compatíveis?.....	97
Conclusão	99
Referências	101

A identificação criminal por exame de DNA no ordenamento jurídico
brasileiro: críticas às inovações da nova Lei nº 13.964/2019 originada do
“Projeto de Lei Anticrime”

Christiano Jorge Santos, Maria Paes Barreto de Araujo	103
Introdução	104
1 O exame de DNA.....	105
2 A identificação criminal no Brasil	110
2.1 Os métodos originais de identificação criminal no ordenamento jurídico brasileiro..	110
2.2 A Lei nº 12.654/2012: introdução, no Brasil, da identificação criminal por exame de DNA	113
2.2.1 A identificação criminal no bojo de investigações em curso	113
2.2.2 A identificação criminal de indivíduos já condenados.....	118
2.3 Projeto de Lei Anticrime e a nova Lei nº 13.964/2019.....	123
Conclusão	128
Referências	130

A conciliação e a mediação nas audiências telepresenciais e sua compatibilidade
com o devido processo legal, em tempos de pandemia

Fabiana Aparecida de Oliveira, Islane Archanjo Rocha	135
1 Introdução	135
2 Acesso à justiça	137
2.1 Métodos de resolução de conflitos	138
2.2 Aspectos gerais da pandemia: “o novo normal de acessar a justiça”	140
3 Devido processo legal	141
4 Enfrentamento da questão: audiências telepresenciais diante do devido processo legal, em tempos de pandemia	143
4.1 Publicidade nas audiências telepresenciais.....	147
4.2 Instabilidade da rede de <i>internet</i>	150
4.3 Exclusão digital no Brasil	151
5 Conclusão	151
Referências	153

Controle para legitimação: a legitimação democrática do poder jurisdicional
condicionada pelo devido processo legal

Fernando F. Rossi	159
1 Primeira parte.....	159
1.1 Introdução e premissas iniciais	159

2	Segunda parte	165
2.1	A legitimidade democrática	165
2.2	A Constituição como limitadora do poder político	167
2.3	A falta de legitimidade popular pelo sufrágio universal	169
2.4	O Judiciário carece do devido processo para sua legitimação completa	169
2.5	O devido processo legal como uma instituição de garantia em prol da Cidadania ...	171
2.6	O controle pela participação.....	174
3	Conclusão	175
	Referências	177

A flexibilização da estabilização objetiva da demanda por meio do negócio jurídico processual para a efetiva prestação da tutela jurisdicional no processo civil brasileiro

Fernando Silva Moreira dos Santos, Luiz Fernando de Oriani e Paulillo 179

1	Introdução.....	180
2	A estabilização da demanda e o interesse protegido	182
2.1	Sistemas rígidos e flexíveis de estabilização	185
3	O negócio jurídico processual.....	189
3.1	O Código de Processo Civil de 1973.....	194
3.2	O Código de Processo Civil de 2015.....	194
4	Conclusão	200
	Referências	202

A requisição de provas pelo juiz e a imparcialidade sob a ótica do processo como destinatário principal da prova

Matheus Mascarenhas Guzella 205

	Introdução.....	205
1	O modelo constitucional de processo e o papel do julgador	206
2	Marco teórico	209
3	O CPC e a prova.....	211
3.1	A destinação da prova no processo civil: a teoria e o modelo brasileiro	211
3.2	A produção de provas pelas partes e a requisição pelo juiz conforme o modelo constitucional de processo	213
4	A imparcialidade	215
5	O modelo probatório brasileiro e a imparcialidade no processo civil	217
6	Conclusão	223
	Referências	225

A insuficiência dos atuais indicadores e metas do CNJ para o acompanhamento da autocomposição judicial: caminhos para aprimorar a medição da eficiência da mediação e da conciliação sob o viés qualitativo

Nilsiton Rodrigues e Andrade Aragão, Mônica Carvalho Vasconcelos 231

	Introdução.....	232
1	A frustração das expectativas de resultados da Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos.....	233
2	Indicadores e metas do CNJ para a autocomposição judicial	236
2.1	O índice de conciliação	238
2.2	A meta 3 do CNJ.....	239
2.3	O índice de CEJUSCs instalados.....	241
2.4	Índices de conciliação e de composição de conflitos.....	243
3	A necessária diversificação de indicadores para aperfeiçoar a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses.....	244

4	Problemas no estabelecimento de metas de resultado na conciliação e na mediação	250
	Conclusão	252
	Referências	253

Distinção entre conflito de jurisdição e conflito de competência na arbitragem

Poliana Moreira Delpupo Mata	255	
1	Introdução	255
2	A arbitragem é jurisdição?	256
3	Competência na arbitragem e o princípio da <i>Kompetenz-Kompetenz</i>	261
4	Distinção entre conflito de jurisdição e conflito de competência na arbitragem.....	264
5	Conclusão	266
	Referências	267

As hipóteses de cabimento do agravo de instrumento nos ritos estabelecidos pela Lei nº 9.099/95

Rafael Meira Hamatsu Ribeiro	269	
I	Introdução: o alargamento do acesso aos juizados especiais e a ordinarização do procedimento sumaríssimo	269
II	Os princípios informativos do subsistema dos juizados especiais cíveis e o ideal de acesso à ordem jurídica justa	273
III	Mandado de segurança e agravo de instrumento contra decisões proferidas por órgãos dos Juizados Especiais Cíveis	276
IV	A taxatividade mitigada das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, o Tema 988 do STJ e a sua transposição ao Juizado Especial Cível.....	282
V	Conclusões	285
	Referências	288

Política Editorial	291
--------------------------	-----

Instruções para os autores.....	293
---------------------------------	-----

Editorial Policy.....	295
-----------------------	-----

Information for authors	297
-------------------------------	-----